



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Faculdade de Educação - UAB/UnB/ MEC/SECADI

II Curso de Especialização em Educação na Diversidade e  
Cidadania, com Ênfase em EJA / 2013 – 2014

**JOSÉ ELIAS CARNEIRO**  
**JULIENE PEREIRA GONÇALVES**

**DESCONSTRUIR PARA CONSTRUIR:** o ensino na EJA a favor da  
igualdade racial

***Brasília, DF***

***Abril/2014***

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
Faculdade de Educação - UAB/UnB/ MEC/SECAD  
II Curso de Especialização em Educação na Diversidade e  
Cidadania, com Ênfase em EJA / 2013-2014

**DESCONSTRUIR PARA CONSTRUIR:** o ensino na EJA a favor da  
igualdade racial

JOSÉ ELIAS CARNEIRO  
JULIENE PEREIRA GONÇALVES

Professora Orientadora: Marly de Jesus Silveira  
Professora Tutora: Patrícia Nogueira

PROJETO DE INTERVENÇÃO

BRASÍLIA, DF Abril/2014

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
Faculdade de Educação - UAB/UnB/ MEC/SECAD  
II Curso de Especialização em Educação na Diversidade e  
Cidadania, com Ênfase em EJA / 2013-2014

**DESCONSTRUIR PARA CONSTRUIR:** o ensino na EJA a favor da  
igualdade racial

JOSÉ ELIAS CARNEIRO  
JULIENE PEREIRA GONÇALVES

Trabalho de conclusão do II Curso de  
Especialização em Educação na Diversidade e  
Cidadania, com Ênfase em EJA /2013- 2014,  
como parte dos requisitos necessários para  
obtenção do grau de Especialista na Educação  
de Jovens e Adultos.

Professor Orientador  
Profª Drª Marly de Jesus Silveira

Professor Tutor  
Profª Me. Patrícia Nogueira Silva

Professor Convidado  
Prof. Dr. Carlos Alberto Lopes de Sousa

BRASÍLIA, DF Abril/2014

## **RESUMO**

O projeto de intervenção se destina aos alunos da Educação de Jovens e Adultos que frequentam duas escolas em Planaltina: CENTRO EDUCACIONAL DONA AMÉRICA GUIMARÃES e CENTRO EDUCACIONAL 01 DE PLANALTINA. Dois centros educacionais com alunos de perfis diversos nas quais as relações de poder e saber são sempre dispostos em favor ou desfavor de alguém. Durante a comemoração do Dia da Consciência Negra, em novembro de 2013, percebeu-se uma indiferença frente à temática com relação à cultura Afro-Brasileira por parte dos jovens da EJA que são atendidos no período noturno e do respectivo corpo docente. O que chama bastante atenção é que a maioria dos alunos que frequentam as aulas na modalidade EJA são negros ou pardos e já se queixaram de ter sofrido algum tipo de preconceito racial ou social. A urgente necessidade de uma educação antirracista implica na reformulação dos currículos escolares, visando a corrigir os estereótipos sobre as representações da História da África e a luta do povo negro. Para possibilitar também uma intervenção que garanta o respeito às diferenças e à diversidade, ao mesmo tempo em que se estabelece a criação de novos valores e paradigmas. Promover a valorização da cultura negra do estudante da EJA, visando a desconstrução das relações preconceituosas por meio de questionamentos e análises críticas; contribuir para eliminar conceitos, ideias e comportamentos veiculados pelo mito da democracia racial; e despertar o interesse dos estudantes, jovens e adultos trabalhadores para um olhar mais aprofundado sobre o tema da igualdade racial, são os principais objetivos desse Projeto de Intervenção Local.

### ***PALAVRAS CHAVE:***

Educação de Jovens e Adultos, Cultura Afro-Brasileira, Educação antirracista, Igualdade Racial

#### **ABSTRACT**

This project is intended for Youth and Adult students attending in Brazilian schools: CENTRO EDUCACIONAL DONA AMÉRICA GUIMARÃES and CENTRO EDUCACIONAL 01 DE PLANALTINA. Both educational centers with students from diverse side views and where relationships of power and knowledge are always arranged in favor or disadvantage anyone. During the black consciousness day in Brazil, on November twentieth of 2013, it was noticed an indifference in front of the subject with respect to Afro-Brazilian culture by the EJA students who are served in schools during the night and their faculty. What draws enough attention is that most students who attend classes at adult education modality are black or brown and has complained of having suffered some kind of racial or social prejudice. The urgent need for anti-racist education involves the reshaping of school curricula aimed at correcting stereotypes about the representations of African history and the struggle of black people and enable an intervention that ensures respect for differences and diversity, while establishing the creation of new values and paradigms. Promote the appreciation of black culture in EJA student, looking for deconstruction of prejudice relations through questioning and critical analysis; making contributions to eliminate concepts, ideas and behaviors conveyed by the myth of racial democracy; and arouse the interest of students, young and adult workers to look more deeply on the racial equality subject, are the main objectives of this local Intervention Project.

#### **Key words:**

Youth and Adult Education, Afro-Brazilian culture, antiracist education, racial equality

## **SUMÁRIO**

<b>1 – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DOS PROPONENTES</b>	<b>6</b>
<b>2 – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>	<b>7</b>
<b>3 – AMBIENTE INSTITUCIONAL</b>	<b>10</b>
<b>4 – JUSTIFICATIVA / CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA / MARCO TEÓRICO</b>	<b>14</b>
<b>5 – OBJETIVOS</b>	<b>19</b>
<b>6 - ATIVIDADES/RESPONSABILIDADES</b>	<b>20</b>
<b>7 – CRONOGRAMA</b>	<b>21</b>
<b>8- PARCEIROS</b>	<b>22</b>
<b>9 - ORÇAMENTO</b>	<b>23</b>
<b>10 - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO</b>	<b>24</b>
<b>11- REFERÊNCIAS</b>	<b>25</b>

## 1- Dados de identificação dos proponentes:

### Nomes:

JOSÉ ELIAS CARNEIRO é licenciado e bacharelado em Química pela UnB, tem um ano de experiência com a EJA na SEEDF no Centro educacional 01 de Planaltina.

JULIENE PEREIRA GONÇALVES é licenciada em Letras pela UEG, possui quatro anos de SEEDF e atualmente leciona para estudante da EJA no Centro Educacional Dona América Guimarães em Planaltina DF.

### Grupo:

11

### Informações para contato:

Telefones:

--

E-mail:

_____
_____

## **2- Dados de identificação do Projeto:**

### **2.1 - Título:**

Desconstruir para Construir- o ensino na EJA a favor da igualdade racial

### **2.2 - Área de abrangência:**

( ) Nacional ( ) Regional ( ) Estadual ( ) Municipal ( ) Distrital ( X ) Local

### **2.3 - Instituição:**

#### **Nomes/ Endereços**

CENTRO EDUCACIONAL DONA AMÉRICA GUIMARÃES - CEDDAG  
QUADRA 10K CONJUNTO C ÁREA ESPECIAL - PLANALTINA DF

CENTRO EDUCACIONAL 01 DE PLANALTINA - CENTRÃO - SETOR EDUCACIONAL,  
LOTES A/B - PLANALTINA DF

#### **Instância institucional de decisão:**

- Governo: ( ) Estadual ( ) Municipal ( X ) DF
- Secretaria de Educação: ( ) Estadual ( ) Municipal ( X ) DF
- Conselho de Educação: ( ) Estadual ( ) Municipal ( ) DF
- Escola: ( X ) Conselho Escolar
- Outros: \_\_\_\_\_

### **2.4 - Público ao qual se destina:**

O projeto de intervenção se destina aos alunos da Educação de Jovens e Adultos que frequentam as duas escolas já mencionadas. Lembrando que a EJA é formada por alunos de diversos níveis sociais e culturais. Alunos que pertencem a uma comunidade precária de cultura e lazer, que se encontram em uma classe social de reduzido poder aquisitivo, pouca estrutura de saneamento básico e buscam transformar essa realidade com a educação e almejam por meio dela mudar de emprego, terminar o nível médio, fazer um curso profissionalizante, buscar capacitação pessoal e até mesmo como muitos alunos relatam em debates em sala de aula conseguir um “diploma”. E dentro dessa heterogeneidade de clientela as relações de poder e saber são sempre dispostas em favor ou desfavor de alguém.

Percebemos durante as aulas que nossos alunos da EJA são pessoas entre 15 e 60 anos de idade e que devido a essas diferenças na faixa etária, existem conflitos de gerações e um descontentamento mútuo entre eles por estarem em salas com pessoas com opiniões e culturas tão diversas, um tentando se impor ao outro. Castells afirma que “as relações de



poder são constitutivas da sociedade porque os que detêm o poder constroem as instituições segundo seus valores e interesses” (CASTELLS, 2013, p.13).

Dentro da realidade de uma cidade satélite, situada na periferia de Brasília é necessária uma articulação com grupos de âmbito distrital, com uma visão mais ampla dos problemas sociais sofridos pelos brasileiros afro descendentes, logo os movimentos sociais ganham importância. Sabemos que o conceito de movimento social se refere à ação coletiva de um grupo organizado que tem como objetivo alcançar mudanças sociais por meio da produção de novos valores e objetivos, dentro da sociedade e de um contexto político específico. O autor ainda afirma que,

O poder é exercido por meio da coerção e/ou pela construção de significado na mente das pessoas, mediante mecanismos de manipulação simbólica. As relações de poder estão embutidas nas instituições da sociedade, particularmente nas do Estado. Entretanto, uma vez que as sociedades são contraditórias e conflitivas, onde há poder há também contrapoder ( CASTELLS, 2013, p. 13).

Diante disso percebemos o diálogo do poder e contra poder dentro das escolas que atuamos, diante dos (pré)conceitos estabelecidos pelos estudantes e pela visão deturpada perante a imagem do estudante da EJA, a intenção é formar um contra poder, disposto a trabalhar pela extinção dos (pré)conceitos estabelecidos no ambiente escolar.

As redes de poder o exercem, sobretudo influenciando a mente humana mediante as redes multimídia de comunicação de massa. Assim, as redes de comunicação são fontes decisivas de construção do poder. Já os movimentos sociais são formas de construção de forças de enfrentamento ou contra hegemônicas.

De onde vêm os movimentos sociais? E como são formados? Suas raízes estão na injustiça fundamental de todas as sociedades, implacavelmente confrontadas pelas aspirações humanas de justiça: exploração econômica; pobreza desesperançada; desigualdade injusta; comunidade política antidemocrática; Estados repressivos; judiciário injusto; racismo, xenofobia, negação cultural; censura, brutalidade policial, incitação à guerra; fanatismo religioso (frequentemente contra crenças religiosas alheias); descuido com o planeta azul (nosso único lar); desrespeito à liberdade pessoal, violação da privacidade; intolerância, homofobia e outras atrocidades da extensa galeria de quadros que retratam os monstros que somos nós.

Assim, os movimentos sociais têm um conjunto de causas estruturais e motivos individuais e grupais para se erguer contra uma ou várias dimensões da dominação social. (CASTELLS, 2013, p. 21 - 22)

Silva e Rosa (2013), texto disponível no site da Geledés, demonstra claramente o movimento social em busca de reconhecimento e de afirmação da identidade negra, afirma que com o passar do tempo, os movimentos sociais ganharam novas identidades, dentre elas as questões étnico – raciais, como por exemplo, o movimento afro-brasileiro que deixou

de ser predominantemente movimento de manifestações culturais para ser também de luta de construção de identidade e de luta contra a discriminação racial e todas as formas de preconceito.

Para Paulo Freire, ensinar a pensar e problematizar sobre a sua realidade é a forma correta de se reproduzir conhecimento, pois é a partir daí que o educando terá a capacidade de compreender-se como um ser social. E identificar-se como ser social inclui aceitar sua identidade enquanto pessoa, gênero e raça, e aceitar suas características físicas e culturais.

Devemos, portanto, ensinar e aprender a refletir criticamente. E se torna importante o desenvolvimento no diálogo no processo educativo. A comunicação é expressa pelas palavras e pela ação, por isso a verdade tem que está constante nestes dois momentos de construção da educação, tanto do aluno quanto do professor.

Mas o teor das aulas não pode estar dissociado do cotidiano dos alunos. Ele tem que ter uma relação com o que eles vivem no mundo atual. Tem que haver uma conexão real. De forma a romper com a educação “bancária”. Dessa forma “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 2004, p. 25), ou seja, implica em reciprocidade e não em transferência de saberes.

Devemos lembrar que o aluno, chega à escola com uma bagagem cultural diferente do professor e em sala de aula, a valorização da cultura do aluno é a chave para o processo de conscientização na qual os dois aprenderão juntos, uns com os outros usando a dialogicidade. Lembrando que não há diálogo verdadeiro se não há nos seus sujeitos o pensar verdadeiramente crítico.

## **2.5 - Período de execução:**

**Início (mês/ano)** abril de 2014      **Término:** novembro de 201

### **3- Ambiente institucional:**

#### **3.1 - CENTRO EDUCACIONAL DONA AMÉRICA GUIMARÃES - CEDDAG**

A escola está situada na cidade de Planaltina, no Bairro Arapoangas, Região Administrativa VI do Distrito Federal. Trata-se de uma comunidade de famílias de baixa renda, de pessoas vindas de outros estados, com alto índice de analfabetismo, que possuem empregos informais. Os jovens e adultos têm pouco acesso à cultura e ao lazer devido a localização afastada e a discriminação que o bairro sofre devido ao alto grau de violência urbana como o tráfico de drogas e as chamadas “guerras de gangues”. Os adolescentes apresentam pouca perspectiva e visão de futuro, tem pequenos hábitos e práticas de estudos e ingressam no mercado de trabalho de forma precoce, com baixa qualificação e remuneração. A banalização da violência e a marginalidade conduzem muitos jovens à delinquência e à prática de pequenos furtos, sendo comum o envolvimento com o narcotráfico.

O Centro Educacional Dona América Guimarães atende a comunidade local desde agosto de 2009 e, segundo consta em seu PPP, a escola tem uma visão altruísta, considerando os aspectos relevantes do dia a dia dos alunos, com a participação ativa dos pais e funcionários, envolvendo assim toda a comunidade escolar. Além disso, oferece atividades pedagógicas esportivas visando uma educação de qualidade para a efetivação de cidadãos conscientes e críticos.

Possui um regimento escolar aprovado pelo Conselho de Educação do Distrito Federal e funciona em 03 (três) períodos: matutino, vespertino e noturno. E dentro do seu currículo a escola incluiu a “História e Cultura Afro-Brasileira” que, conforme consta em seu PPP, é trabalhado junto às disciplinas de Arte e História Brasileira de acordo com os temas transversais a temática da Pluralidade Cultural presente nos Temas Transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais o que diz respeito ao conhecimento e à valorização de características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal.

Este tema propõe uma concepção que busca explicitar a diversidade étnica e cultural que compõe a sociedade brasileira, compreender suas relações, marcadas por desigualdades socioeconômicas e apontar transformações necessárias, oferecendo elementos para a compreensão de que valorizar as diferenças étnicas e culturais não significa aderir aos valores do outro, mas respeitá-los como expressão da diversidade,

respeito que é, em si, devido a todo ser humano, por sua dignidade intrínseca, sem qualquer discriminação. A afirmação da diversidade é traço fundamental na construção de uma identidade nacional que se põe e repõe permanentemente, tendo a Ética como elemento definidor das relações sociais e interpessoais.

Além disso a escola estabelece ainda importantes parcerias com instituições públicas de saúde, segurança, ensino e pesquisa, objetivando a integração escola/comunidade e a corresponsabilidade dos diferentes atores sociais com o processo educativo.

Tabela 1 - Espaços Disponíveis e Recursos Humanos do CEDDAG

RECURSOS HUMANOS	ESPAÇOS DISPONÍVEIS
78 professores regentes 02 Servidores de Secretaria 01 Chefe de Secretaria 02 Servidores de Apoio Administrativo 07 coordenadores pedagógicos 11 servidores de Vigilância 04 Servidores de Portaria 09 Merendeiras terceirizadas 13 Servidores de Serviços Gerais 01 Diretor 01 Vice Diretor 02 Supervisores pedagógicos 40h 01 Supervisor administrativo 02 Professores com restrição funcional	01 Sala dos Professores 24 salas de aulas 01 sala de Artes 01 Sala de Coordenação dos professores 01 Sala de Recursos 01 Laboratório de Informática 01 Quadra Poliesportiva 01 Secretaria 01 Sala dos Coordenadores 01 Mecnografia Guarita da Segurança Estacionamentos: Internos e Externos Cozinha e Depósito de Gêneros 01 Sala dos Servidores 01 Sala da Direção 01 Sala de Leitura 01 Sala de Orientação Educacional
Total 133 funcionários	

Fonte: direção do CEDDAG

A Escola possui ainda, dois banheiros masculinos e femininos de alunos, dois de professores, além de dois banheiros para portadores de necessidades especiais.

Os recursos materiais e humanos servem para dar suporte aos 2326 alunos divididos em 1.372 alunos de ensino fundamental, 417 alunos de ensino médio, no ensino da EJA são: 333 alunos do 2º segmento e 255 alunos do 3º segmento no período noturno.

### 3.2 - CENTRO EDUCACIONAL 01 DE PLANALTINA - CENTRÃO

A segunda escola está localizada na zona central de Planaltina, próxima a rodoviária, feira local e o principal centro de comércio da cidade. Devido a essas características a escola não possui uma comunidade discente homogênea com relação ao local onde moram, no entanto a grande maioria dos alunos são trabalhadores acima de 25 anos de idade. Os alunos são moradores de diversos bairros da cidade, ainda que esses bairros possuam suas próprias escolas, isso é devido ao fato do caráter central da escola (presente inclusive no apelido) que facilita o deslocamento para seus respectivos bairros, além de ser uma escola conceituada dentro da comunidade e da cidade.

Tabela 2 - Espaços Disponíveis e Recursos Humanos do CENTRÃO

RECURSOS HUMANOS	ESPAÇOS DISPONÍVEIS
128 professores regentes 01 monitor PNE 04 Monitores da Escola Integral 19 Jovens Educadores 07 Professores readaptados 06 coordenadores pedagógicos 01 coordenador NUEN/UIPE 01 Coordenador de Escola Integral 11 servidores de Vigilância 04 Servidores de Portaria 11 Merendeiras terceirizadas 01 Chefe de Secretaria 07 Servidores de Secretaria 07 Servidores readaptados 02 Servidores de Apoio Administrativo 06 Servidores de Serviços Gerais 01 Diretor 01 Vice Diretor 02 Supervisores 40h 01 Supervisor 40h- NUEN/UIPE 02 Supervisores 20h	01 Sala de Professores 01 Sala de Professores 25 Salas de aula 01 Sala Multimídia Laboratório de Física/Matemática 01 Laboratório de Química/Biologia 01 Laboratório de informática 01 Oficina Digital Laboratório de Física/Matemática 01 sala do SOE – Diurno 01 Sala de Recursos Generalista – Diurno 01 Sala de Recursos DA – Noturno 01 Sala de Mecanografia 01 Auditório 01 Quadra Esportiva 01 Sala de coordenação Docente 02 Estacionamentos internos 01 Cantina Escolar 01 Secretaria Escolar 04 Conjuntos de Sanitários 01 Sala de Servidores de Limpeza e Conservação 04 Salas de Direção
Total 227 funcionários	

Fonte: direção do CENTRÃO.

O Centrão possui um grande corpo discente composto por 632 alunos no Ensino Fundamental, 1538 alunos no Ensino Médio, 960 alunos no Ensino de Educação de Jovens

e Adultos de 3º Segmento no período noturno.

O professor deve procurar todos os dias conhecer um pouco sobre a história dos seus alunos, compreendendo as dificuldades enfrentadas para estarem em sala de aula, há alunos que são cobradores, em muitas ocasiões precisam faltar para poder cumprir a escala, uns são auxiliares de enfermagem que precisam do diploma de ensino médio para poder tirar o diploma de técnico em enfermagem e para prestar concursos. Alguns são militares, outros alunos somente conseguem acompanhar pouco mais da metade das aulas, pois o serviço somente acaba depois de 19 horas. Quando chega até 19h e 15min ele entra, se chegar após, tem que esperar o segundo horário. Outro caso comum é de alunas que tiveram filhos e não conseguiram acompanhar o ensino regular, em muitos desses casos elas trabalham e evadem por que não conseguem ninguém para cuidar de suas crianças.

#### **4- Justificativa**

No dia 20 de novembro de 1695, foi morto Zumbi, um grande líder negro do quilombo dos Palmares. A Lei nº. 10.639/2003 instituiu a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos no currículo da Educação Básica além de instituir o dia 20 de novembro como o dia da Consciência Negra.

A Lei 12.591/ 2011 sancionou esta data como um dia a ser lembrado, comemorado e o seu tema desenvolvido em todas as instituições de Educação Básica conforme cita o o primeiro artigo da referida Lei: Art. 1º É instituído o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, a ser comemorado, anualmente, no dia 20 de novembro, data do falecimento do líder negro Zumbi dos Palmares. (BRASIL, 2011)

Em consequência as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro brasileira e africana orientam que:

[...] o principal objetivo desses atos é promover alteração positiva na realidade vivenciada pela população negra e trilhar um novo rumo a uma sociedade democrática, justa e igualitária, revertendo os perversos efeitos de séculos de preconceito, discriminação e racismo (BRASIL, 2006, p. 08).

Para celebrar a data poderão ser organizadas mostras de trabalhos com a temática, apresentações musicais, leitura de histórias, declamações de poesias, amostras de filmes e documentários entre outras atividades durante as festividades do dia nacional da consciência negra, no mês de novembro.

No entanto percebeu-se uma indiferença frente a temática com relação a cultura Afro-Brasileira por parte dos jovens da EJA que são atendidos nas escolas no período noturno e do respectivo corpo docente. Não houve sequer uma apresentação, um debate ou algo que os fizessem se lembrar da data, a semana transcorreu de forma trivial e sem alterações. Por ser tratar de jovens e adultos trabalhadores que já chegam cansados de um longo dia de serviço, participar de palestras, debates ou rodas de conversa para eles é considerado perda de tempo. Preferem ir embora para suas casas descansar ou cuidar dos afazeres domésticos.

No entanto, o que chama atenção é que a maioria dos alunos que frequentam as aulas na modalidade EJA são negros ou pardos e já se queixaram de ter sofrido algum tipo de preconceito racial ou social.

Muitos alunos relatam achar natural serem chamados de “neguinho”, “negão”, “azulão”, “cabelinho”, “beijudo” etc e não consideram esses apelidos como ofensivos ou preconceituosos. Contudo, ao realizarmos debates sobre o tema discriminação racial com os estudantes eles afirmam sentirem-se incomodados quando as “brincadeiras” acontecem.

O racismo desvaloriza a pessoa negra negando qualquer beleza, desqualificando o cabelo, a pele, os lábios e os traços negros.

Nossos alunos precisam levar em conta que esse cabelo, esses traços e essa cultura fazem parte da sua identidade e precisam aceitar a própria identidade. No entanto essa negação e preconceito tornam-se camufladas diante das “brincadeiras sem ofensas” dentro e fora das salas de aula.

Gomes (2005, p. 46) relata a necessidade da reflexão sobre o fato de que, ao fazermos um recorte étnico-racial, veremos que as pessoas negras e pobres enfrentam mais e maiores dificuldades em nosso país. Isso obriga a nos posicionarmos politicamente dentro desse debate e construir diversas práticas democráticas que transformem a trajetória escolar dos alunos negros e pardos em uma oportunidade ímpar de vivência, aprendizado, reconhecimento, respeito às diferenças e de construção de autonomia.

A luta contra toda e qualquer forma de naturalização e estigmatização das diferenças tornou-se um dever da humanidade e por tudo isso, conhecer a história do negro no Brasil é reconhecer a necessidade de que ela seja contada, agora enxergando-o como sujeito de sua história e, portanto, igual. O negro no Brasil tem um longo caminho na conquista da chamada cidadania.

A escola, cumprindo a sua importância no tocante as transformações da sociedade, é um espaço onde há a convivência de pessoas com diferentes origens étnico-raciais, culturais e religiosas. O ambiente escolar não apenas permite, mas obriga a reflexão continuada sobre diversidade, no seu papel de contextualização e envolvimento com os problemas sociais. A escola tem a responsabilidade de não contribuir para o aumento da discriminação e dos preconceitos de gênero e raça contra todos aqueles que não correspondem a um ideal de sociedade dominante.

Roque de Barros Laraia afirma que

O fato de o homem ver o mundo através de sua cultura tem como consequência a propensão em considerar o seu modo de vida como o mais correto e o mais natural e que tal tendência é responsável por casos extremos de conflitos sociais. (2009, p 72 – 73)

O ambiente escolar deve ser um local livre de racismo. A escola, enquanto instituição social responsável por assegurar o direito de educação a todo e qualquer cidadão, deverá se posicionar politicamente contra qualquer forma de discriminação, e esta superação é tarefa de qualquer educador, independentemente do seu pertencimento étnico-racial.



Rocha e Trindade (2006) afirmam que “a questão do racismo deve ser apresentada a comunidade escolar de forma que sejam permanentemente repensados os paradigmas, em especial os eurocêntricos, com que fomos educados. [...] nos tornamos racistas devido a um histórico processo de negação da identidade e da “coisificação” dos povos africanos” (BRASIL, 2006, p. 56).

Os nossos alunos, talvez por se sentirem oprimidos por razões étnico-raciais, não acreditam em seu potencial, argumentam que se não bastasse o fato de estarem na EJA ainda são negros, colocando obstáculos no processo de ensino aprendizagem. Denigrem a própria imagem enquanto alunos e enquanto negros, desvalorizam as suas vivências e culturas já estabelecidas e acham essa atitude normal e aceitável para o tipo de vida que possuem e para as dificuldades que enfrentam perante a sociedade.

Conforme argumenta Edileuza Penha de Souza:

[...] A temática racial precisa ser tratada de modo a que se reduzam os estereótipos e a reprodução dos modelos que inferiorizam os estudantes que são identificados como negros e negras [...]. Em 2001 o IPEA revelou que, dos 53 milhões dos pobres brasileiros 70% são negros[...] (SOUZA, 2008, p.15 ).

A urgente necessidade de uma educação antirracista implica na reformulação dos currículos escolares, visando a corrigir os estereótipos sobre as representações da História da África e a luta do povo negro além de possibilitar uma intervenção que garanta o respeito às diferenças e à diversidade, ao mesmo tempo em que estabelece a criação de novos valores e paradigmas civilizatórios nas relações sociais. No currículo da SEDF (DISTRITO FEDERAL, 2013), destinado a EJA, não é feita menção ao combate a educação racista, é necessário que esse combate esteja expresso em um importante documento não há um reconhecimento da presença dos (pré)conceitos dentro do ambiente escolar.

Dados oficiais corroboram o pensamento de que nós enquanto educadores precisamos de uma mudança de postura em sala de aula com a necessidade de olhar com mais cuidado e atenção as questões relacionadas ao contexto da desigualdade social da população negra.

Cavalleiro, afirma que,

Várias pesquisas, tem demonstrado que o racismo em nossa sociedade constitui ingrediente para o fracasso escolar de alunos(as) negros(as)[...]. Diversos estudos comprovam que, no ambiente escolar, tanto particular quanto público a temática racial tende a aparecer como um elemento para a inferiorização daquele aluno identificado como negro. Codinomes pejorativos algumas vezes escamoteados de carinhosos ou jocosos, que identificam alunos negros, sinalizam que, também na vida escolar, os negros estão ainda sobre o julgo de práticas racistas e discriminatórias (BRASIL, 2006, p. 20).

Segundo o documento preparatório da VI CONFINTEA em relação à concepção da EJA “o Estado deve promover o direito de aprender ao longo da vida, promovendo uma educação inclusiva pautada nos direitos humanos e no reconhecimento da diversidade gerando uma educação que combata a homofobia e todas as formas de discriminação e preconceito”(BRASIL, 2008, p. 71) entre elas o preconceito racial.

Segundo Sabrina Moehlecke, a questão da diversidade foi uma constante no governo do ex-presidente Lula, conforme destaque do texto, “As políticas de diversidade de educação no governo Lula”:

“[...] a preocupação com a questão da diversidade se faz presente no desenho institucional do Ministério da Educação e em suas políticas educacionais ao longo da primeira gestão do presidente Lula” (MOEHLECKE, 2009, p. 478).

Entende-se a diversidade como um dos pontos primordiais e a mais importante particularidade dentro do grupo de EJA, que deve ser respeitado e valorizado culturalmente.

As maiores fragilidades das instituições de ensino ao se ensinar história do Brasil é ater-se a uma única história e não perceber que todos somos sujeitos e transformadores da história. E que essa memória e expressões culturais da sociedade vão muito além de documentos, relatos escritos e fontes fidedignas. Nos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) de história e geografia do ensino fundamental diz “A comunicação entre os homens, além de escrita, é oral, gestual, figurada, musical e rítmica” (BRASIL, 2000,p. 26).

Muitas expressões culturais negras estão fundamentadas em um princípio de resistência e de não submissão. Podemos observar isso no filme: “Notícias de uma Guerra Particular”, “[...] quando os jovens em suas falas revelam o quão poderosos se sentiram ao trabalhar para o traficante e poderem controlar a vida e a morte das pessoas” (SALLES, 1999).

A escola tem um papel fundamental para a formação do cidadão capaz de dialogar com a diversidade cultural e histórica do Brasil, portanto cabe a ela o papel de reconhecer que tanto as pessoas que a compõem como as que integram a sociedade apresentam aspectos que as diferenciam.

É preciso repensar o universo simbólico da civilização negra que durante séculos foi negado à população brasileira, pois durante muito tempo a escola vem reproduzindo a falsa ideia de que a única contribuição dos negros durante o escravismo foi em sua produção braçal.

Foi num contexto de vinda compulsória para o Brasil que os africanos tiveram de lidar com o desconhecido e o arbitrário tendo que se reinventar e muitas vezes resistir, dando uma fundamental importância para a memória, a história e as práticas culturais. (RATTS & DAMASCENA, 2008. p. 51).

Educar para a igualdade pressupõe romper com estigmas, com linguagens explícitas

ou não de inferioridade de negros, indígenas, mulheres e portadores de necessidades especiais. Como educadores temos de superar o velho, inventando o novo, realizando uma “reflexão histórica com iluminação do passado sobre o presente[...]” (FONSECA, 2011. p.32) compreendendo que a história transcorre a vida dos sujeitos.

Nossos alunos quando chegam na EJA estão desmotivados, vem de muitos anos de afastamento da escola e ainda, de muitos processos de exclusão vivenciados em diferentes momentos da vida e por motivos diversos: social, educacional, racial, geracional e de gênero. Considerar tais aspectos aponta uma necessidade de tomar os alunos da EJA como um grupo caracterizado para além da faixa etária, considerando outras variáveis relativas as condições de vida e ao pertencimento étnico-racial dos sujeitos.

Esse fato obriga o professor a ponderar sobre sua atuação e conferir um lugar a esses jovens e adultos de maneira que possam se conceber parte do processo educativo, sentirem-se motivados e incentivados a participar de projetos e pesquisas e que tenham consciência de que podem e devem fazer parte da transformação cultural. Precisamos desconstruir paradigmas que nos foram impostos e construir uma nova realidade para o aluno e aluna jovens e adultos negros e negras de nossas escolas, demonstrando outra história e transformando a educação em nossas comunidades.

## **5- Objetivos:**

### **5.1- Objetivo Geral:**

Promover a valorização da cultura negra do estudante da EJA, a desconstrução por meio de questionamentos e análises críticas, objetivando eliminar conceitos, ideias e comportamentos veiculados pelo mito da democracia racial. Desenvolver ações afirmativas da identidade negra, baseadas em informações e subsídios que lhes permitam reformular concepções preconceituosas e construir relações de convivência respeitadas.

### **5.2- Objetivos específicos:**

- Realizar debates e palestras primeiramente com a equipe e corpo docente da escola sobre o tema racismo e preconceito racial durante o primeiro semestre letivo para sensibilizar a comunidade escolar.

- Despertar o interesse dos estudantes, jovens e adultos trabalhadores para um olhar mais aprofundado sobre o tema igualdade racial, desconstruir a ideia de que o preconceito e o racismo não existem dentro da escola, buscando construir uma comunidade escolar mais respeitosa e que valorize a cultura negra.

- Realizar a culminância do projeto com a criação da semana da consciência negra em novembro de 2014 de forma que ela se torne parte do calendário escolar local, com aprovação do conselho escolar para os estudantes a escola e a comunidade refletirem sobre a importância da cultura afro brasileira.

## **6- Atividades/responsabilidades:**

A proposta aqui apresentada envolve a participação de toda a comunidade escolar, sua abrangência deve ser aumentada o quanto possível, visto ser interesse dos pais e responsáveis, dos alunos, dos professores e da comunidade em geral, desconstruir as relações étnico-raciais existentes, para construir relações de igualdade livres de preconceitos.

A opinião de Vitor Paro é comungada por nós:

[...] na escola pública, que atende às camadas populares, tanto diretor quanto professores, demais funcionários, alunos e pais possuem, em última análise, interesses sociais comuns, posto que são todos trabalhadores, no sentido de que estão todos desprovidos das condições objetivas de produção da existência material e social e têm de vender sua força de trabalho ao Estado ou aos detentores dos meios de produção para terem acesso a tais condições (PARO, 1992, p.42).

A participação dos pais poderá ser com depoimentos acerca da superação de experiências com preconceitos sofridos durante a sua trajetória escolar e vida profissional, além da participação como ouvintes das palestras ou como colaboradores em oficinas, eventos artísticos e culturais. Alunos, professores e toda a comunidade escolar participarão ativamente, nas apresentações de seminários, peças teatrais, debates e discussão de filmes com a temática e expressões artísticas que dialoguem e fortaleçam a cultura afro. Convidados, inclusive de outras regionais, serão bem vindos a cooperar e contribuir para sucesso do projeto.

### 7- Cronograma:

TAREFAS	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO
DEBATES COM EQUIPE GESTORA E EXPOSIÇÃO DO PIL	X							
DEBATES COM DOCENTES E APRESENTAÇÃO DO PIL		X						
COPA DO MUNDO E RECESSO ESCOLAR			X					
AULAS, DEBATES E RODAS DE CONVERSA SOBRE CULTURA AFRO COM ALUNOS DAS INSTITUIÇÕES				X	X	X		
FILMES, DEPOIMENTOS, REDAÇÕES DOS ALUNOS, APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS E PESQUISAS.						X	X	
APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTÁRIO AFRO BRASILIENSES DE JAQUELINE FERNANDES PARA ALUNOS E PROFESSORES								X
CULMINÂNCIA: 1ª SEMANA ZUMBI DOS PALMARES E DA CONSCIÊNCIA NEGRA								X

## **8- Parceiros:**

A ideia é procurar parceria com a UnB, com ajuda de professores da Faculdade de Educação, com experiência na área de relações Étnico-raciais além da colaboração dos professores da Gerência Regional de Ensino de Planaltina DF que também poderá nos dar subsídios para o projeto, com o apoio técnico e pedagógico necessários ao bom desenvolvimento do tema. Buscar parcerias junto ao Movimento Negro Unificado, ao EDUCAFRO DF, a Fundação Palmares em Brasília DF e a SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, professores da EAPE e da SEDF, com experiência e atuação no tema serão convidados a colaborar para o enriquecimento do projeto.

## **9 - Orçamento:**

O projeto demanda principalmente comprometimento pessoal e social dos seus envolvidos. No entanto a parte financeira poderá ser complementada mediante doações e parcerias das escolas envolvidas. Para confecção de banners, panfletos e cartilhas, serão feitos contatos com as associações de defesa dos direitos dos negros e comissões parlamentares no Congresso Nacional.



## **10- Acompanhamento e avaliação:**

De acordo com Rosane de Almeida Pires (BRASIL, 2006, p.113), uma educação antirracista necessita pensar em outras maneiras para avaliar o processo educativo.

A avaliação enquanto um processo assume não apenas a função de informar sobre o desempenho e as aprendizagens finais, classificando e medindo com uma concepção de educação excludente. Ela deve sim, ser uma maneira de acompanhar, dar suporte, conhecer e acolher o percurso dos estudantes.

Nessa etapa o registro físico mostra-se fundamental: anotações individuais, bem como, registros coletivos em cadernos, textos e fotografias.

O projeto será avaliado e acompanhado durante o processo e desenvolvimento dos encontros, debates e pesquisas, durante os meses de duração do projeto, com questionários sobre opiniões e sugestões dos docentes e alunos.

Durante a culminância na 1ª Semana de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra, que será realizada nas duas escolas os alunos participantes dos eventos, palestras e debates serão avaliados com pontos pela contribuição cultural e estudantil. A proposta é que todos os professores das instituições de ensino utilizem formas para incentivar os alunos a participarem.

Neste processo de avaliar, é preciso incluir os espaços fora da sala de aula para abranger atividades externas junto aos demais membros da escola – os espaços de manifestações culturais, as festas comemorativas, os festivais, os jogos e a culminância da semana que promovam a circulação cultural. Como diz Rosane de Almeida Pires:

Repensar a EJA em uma perspectiva de educação contra o preconceito e o racismo requer criar formas mais democráticas de se implementarem as atividades, os projetos e as formas de avaliação, e essas são tarefas que exigem coerência (BRASIL, 2006. p. 114).

Avaliar de forma justa e democrática o ganho cultural e social dos participantes desse projeto, buscando melhorar e ampliar para próximas edições do evento.

## 11- REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: MEC/Sepir, Junho de 2005.

\_\_\_\_\_. Lei n. 10639, de 09 de Janeiro de 2003. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". **Lex:** Diário Oficial da União, Brasília, s. 01, p. 01, 10 de Janeiro de 2003. Legislação Federal.

\_\_\_\_\_. Lei n. 12519, de 10 de Novembro de 2011. Institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. **Lex:** Diário Oficial da União, Brasília, s. 01, p. 07, 11 de Maio de 2011. Legislação Federal e Marginália.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **PCN - HISTÓRIA.** 1997.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **PCN – PURALIDADE CULTURAL.** 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pluralidade.pdf>. Acesso em 19 de abril de 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade. **Documento base Nacional Preparatório à VI CONFINTEA, Brasil: Educação e Aprendizagens de Jovens e Adultos ao longo da vida.** 2008 Disponível em: <<http://forumeja.org.br/files/docbaseset.pdf>>. Acesso em 30 de Julho de 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria da Educação continuada, alfabetização e diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais - ENSINO FUNDAMENTAL.** ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho e TRINDADE, Azoilda Loretto da. Brasília, SECAD, 2006.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Média e Tecnologia. PCN Ensino Médio: Bases Legais. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>>. Acesso em: 19 Setembro 2013.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança - movimentos sociais na era da internet.** Publicado em 2013 pela Zahar. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/pdf/15208452.pdf>>. acessado em 10 de Fevereiro de 2014.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação. Currículo em Movimento da Educação Básica: Educação de Jovens e Adultos. 2013. Disponível em: <[http://www.se.df.gov.br/images/pdf/curriculo\\_em\\_movimento/7-](http://www.se.df.gov.br/images/pdf/curriculo_em_movimento/7-)

educacao%20de%20jovens%20e%20adultos.pdf>. Acesso em: 10 de Dezembro de 2013.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *História & ensino de História*. 2ª. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Tolerância**. São Paulo: UNESP, 2004

GOMES, Nilma Lino. *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão*. In: Brasil. MEC/SECAD. Educação anti-racista : caminhos abertos pela Lei Federal n.º 10.639/03. Brasília: MEC/SECAD, 2005. (Coleção Educação Para Todos). Disponível;< <http://www.forumeja.org.br>>. Acesso em: 25 de Agosto de 2013

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um conceito antropológico**. Rio de Janeiro, RJ, Zahar 23ª ed. 2009.

MOEHLECKE, Sabrina. As políticas de diversidade na educação no Governo Lula. Cadernos de Pesquisa, v. 39, n. 137, p.461-487, maio/ago. 2009.

PARO, Vitor Henrique. Participação da comunidade na gestão democrática da escola pública. Série Idéias, São Paulo, n.12, p.39-47, 1992.

RATTS, Alex; DAMASCENA, Adriane A. Participação africana na formação cultural brasileira. In: **Educação: africanidades**. Brasil. MEC – SECAD – UnB – CEAD – Faculdade de Educação. Brasília. 2006. p. 168 -183.

SALLES, J. M; LUND, K. Notícias de uma Guerra Particular. Brasil - Rio de Janeiro, 14 min e 57 segundos, Videofilmes, 1999.

SILVA, C. V. De S; ROSA, M. A. **Lutas e conquistas do Movimento Social Afrodescendente e o Movimento Ilê Aiyê**. Portal Geledés, 2013. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/areas-de-atuacao/questao-racial/afrobrasileiros-e-suas-lutas/19702-lutas-e-conquistas-do-movimento-social-afrodescendente-e-o-movimento-ile-aiye>. Acesso em 19 de abril de 2014.

SOUZA, Edileuza Penha. O Ensino da História da África em debate (Introdução). In: MEDEIROS, Cléia; EGHRARI, Iradj Roberto (Org.). *História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Escola*. Brasília: Ágere Cooperação em Advocacy, 2008. p. 13 -18.

